

OS FAVORECIDOS DE SÃO SEBASTIÃO: AS PARCERIAS NA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (2012-2021)

LOS FAVORECIDOS DE SAN SEBASTIÁN: LAS ALIANZAS EN LA EDUCACIÓN MUNICIPAL DE RÍO DE JANEIRO (2012-2021)

SAINT SEBASTIAN'S FAVORED: MUNICIPAL EDUCATION PARTNERSHIPS IN RIO DE JANEIRO (2012-2021)

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i2.59099>

Regis Arguelles da Costa¹

Resumo: Considerando a influência política das fundações empresariais na educação pública brasileira, este trabalho busca compreender algumas determinações desse processo de dominação. Calcada na teoria do Estado marxista, a investigação se debruçou sobre a contratação de serviços educacionais pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, no período de 2012 a 2021. As questões visaram problematizar o perfil do conjunto de organizações sociais favorecidas, considerando os diferentes serviços contratados, seus valores e o tempo de duração das parcerias. Também foram discutidas as mediações políticas que atravessaram a celebração das parcerias durante os diferentes governos municipais. Os resultados confirmaram a ampliação quantitativa e qualitativa dos circuitos empresariais de poder que atuam na educação pública, e que a mudança de prefeito em 2017 teve impacto considerável no tipo de parcerias celebradas e nas organizações escolhidas.

Palavras-chave: Empresariamento da educação. Estado. Organizações sociais. Políticas educacionais. Parcerias público-privadas.

Resumen: Considerando la influencia política de las fundaciones empresariales en la educación pública brasileña, este trabajo busca comprender algunas determinaciones de este proceso de dominación. Bajo la teoría del Estado marxista, la investigación se centró en la contratación de servicios educativos por parte de la Secretaría Municipal de Educación de Río de Janeiro, en el período de 2012 a 2021. Las preguntas tenían como objetivo problematizar el perfil del conjunto de organizaciones sociales favorecidas, considerando los diferentes servicios contratados, sus valores y la duración de las alianzas. También se ha discutido acerca de las mediaciones políticas que atravesaron la celebración de alianzas durante los diferentes gobiernos municipales. Los resultados confirmaron la expansión cuantitativa y cualitativa de los circuitos empresariales de poder que actúan en la educación pública, y que, en 2017, el cambio de alcalde tuvo un impacto considerable en el tipo de alianzas celebradas y en las organizaciones elegidas.

Palabras clave: Emprendimiento educativo. Estado. Organizaciones sociales. Políticas educacionales. Alianzas públicas y privadas.

Abstract: Considering the political influence of corporate foundations in Brazilian public education, this research aims to understand some determinations of this domination process. Based on the Marxist theory of the State, the assessment had dwelled on educational services contracting by Rio de Janeiro Municipal Department of Education, from 2012 to 2021. The questions aimed to problematize the group of favored social organizations profile, considering the different contracted services, their values and the partnerships duration. Political mediations that went through the partnerships signing during the different municipal governments were also discussed. The results confirmed the quantitative and qualitative expansion of the corporate circuits of power that operate in public education, and that the mayor change in 2017 impacted considerably on signed partnerships type and on the chosen organizations.

Keywords: Education entrepreneurship. State. Social organizations. Educational policies. Public-Private partnerships.

Introdução

Uma das características mais marcantes das políticas educacionais contemporâneas no Brasil é a implementação multidimensional de uma ideologia de mercado na educação pública. Afinal, boa parte do arcabouço legal produzido após o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), promoveu o fortalecimento de práticas associadas ao estabelecimento de (quase) mercados educacionais, no espírito da Nova Gestão Pública (NGP). Dentre essas práticas, destacamos a elaboração de modelos unificados e quantificáveis de avaliação da qualidade do serviço educacional; a gestão escolar baseada no cumprimento de metas padronizadas, na responsabilização de diretores escolares e, conseqüentemente, dos docentes, pelos resultados obtidos pelos alunos de suas escolas; a valorização do direito de escolha dos clientes dos serviços educacionais; e a implementação de determinados valores no currículo e na gestão escolar, tais como pragmatismo, utilitarismo, eficácia, inovação, empreendedorismo, adaptabilidade, entre outros.

A configuração do atual estado de coisas não se deu, obviamente, de uma hora para outra. Um dos eixos da implementação e da consolidação dos valores de mercado na educação pública é a política de parcerias com o setor privado ou, em outras palavras, a utilização disseminada de serviços educacionais oferecidos por organizações sociais. Defendidos a partir da perspectiva crítica ao braço social do Estado e da defesa da democratização das políticas públicas, os serviços educacionais privados trariam a oxigenação necessária face à burocracia engessada, garantindo, por exemplo, uma maior participação da comunidade na execução das políticas e a atualização dos processos de cada setor envolvido. Da mesma maneira, as parcerias com o setor privado seriam preferíveis, por estarem pouco suscetíveis ao desperdício e ao desvio de verbas.

O objetivo deste trabalho é jogar luz sobre a economia política das parcerias entre os sistemas públicos de educação e as organizações da sociedade civil, partindo da premissa de que a celebração dessas parcerias é das estratégias mais estimuladas pela gestão pública (Meschkat, 2000; Paula, 2005; Casimiro, 2018), independentemente da identificação política (declarada ou atribuída) do grupo que ocupa os cargos executivos de determinada instância de poder federativo. Em outras palavras, as parcerias institucionais entre a esfera pública e a privada na educação se revestiram do *status* de solução “acima das ideologias”, o que aponta para a forte carga ideológica de construção do consenso político em torno de sua eficácia.

Nesse sentido, levantamos algumas questões exploratórias em torno das parcerias educacionais contemporâneas. Primeiramente, o que a frequência e os valores de contratação dos serviços educacionais junto ao setor privado nos dizem sobre as diferentes características das organizações ofertantes? Um outro aspecto que pode atravessar as parcerias na educação é a luta político-eleitoral, contradizendo o discurso hegemônico que afirma que as parcerias são ação de caráter exclusivamente técnico na gestão da coisa pública. Ou seja, qual o impacto das trocas no executivo no conjunto de serviços educacionais privados oferecidos pela educação pública? Acreditamos que ambas as questões tocam em lides axiais de conformação de uma rede de instituições voltadas para vendas de serviços para a educação pública, espalhadas pelo país.

Com fins de iluminar alguns dos aspectos apresentados acima, debruçamo-nos sobre os balanços de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), no período de 2012 a 2021. A partir dessa extensa base de dados, por meio da qual foi possível identificar o serviço ofertado, a instituição contratada, os valores pagos e a política municipal na qual o serviço contratado se inseriu, elaboramos alguns questionamentos de caráter mais específico, inspirados nas questões abrangentes mencionadas no parágrafo anterior.

A pesquisa exploratória aqui apresentada busca, portanto, analisar criticamente o conjunto de organizações que foram favorecidas pela educação pública municipal do Rio de Janeiro. Com isso, pretendemos responder a algumas questões de diferentes níveis de complexidade. Qual é o perfil das instituições contratadas e quais são os valores e o período de contratação? O que esses dados nos informam sobre as diferentes frações que atuam no mercado de serviços educacionais? E, por último, como a mudança de governo municipal, ocorrida em 2017, impactou na contratação desses serviços pela SME-RJ?

Consideramos que a sustentação teórico-metodológica das questões propostas passa pela discussão sobre o papel do Estado em uma sociedade capitalista de massas, estruturada em classes sociais. Para Gramsci (2007), a ampliação da presença do Estado e o fortalecimento de seu caráter educador são condições necessárias para a manutenção do poder político pela classe dominante. A maior presença do Estado, contudo, não se dá apenas na ampliação material de seus aparatos e no alcance de suas políticas. O marxista sardo diz que as organizações da sociedade civil – os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) – também são Estado, à medida que cabe a elas, e a seus intelectuais orgânicos, educar para uma pedagogia da hegemonia (Neves, 2005) no cenário de disputas ideológicas em torno de concepções de mundo. Dessa maneira, o processo de dominação política – hegemonia – se dá na dialética entre sociedade política e sociedade civil, a partir da efetivação de processos de coerção e de construção de consensos.

As reflexões políticas de inspiração gramsciana oferecem amplas possibilidades na investigação do Estado e das políticas educacionais, conforme salientadas por Mendonça (2007). É a partir desses pontos de vista que iremos abordar o problema da reconfiguração do papel do Estado na educação que se desenrola no Brasil com maior relevo desde os anos 1990, sendo um de seus elementos estruturantes a participação de instituições ligadas ao empresariado na formulação, na sistematização e na execução das políticas educacionais (Pronko, 2022; Braga; Rummert, 2022).

A fim de cumprirmos as tarefas expostas até aqui, dividimos o trabalho em quatro seções, a contar desta introdução. Na seção seguinte, desenvolveremos uma discussão acerca das modificações na organização e na distribuição de poder no âmbito do Estado, e dos reflexos dessas novas mediações na questão educacional brasileira. Finalizaremos essa seção com a defesa de uma perspectiva relacional na abordagem do Estado capitalista, para passarmos, na seção posterior, à apresentação e à discussão dos resultados da pesquisa, enfatizando o perfil das organizações parceiras, os valores recebidos e as mediações políticas na celebração de parcerias. Encerraremos o artigo com as considerações finais, procurando sintetizar os principais achados e propondo possibilidades de investigação posteriores.

Dilemas da educação pública nas metamorfoses do Estado

O processo de metamorfose ocorrido desde fins dos anos 1970 significou, entre outras coisas, a notável permeabilidade do Estado aos modelos de gestão de empresas privadas e a ampliação da presença destas nas políticas públicas. Como não poderia deixar de ser, os serviços públicos de saúde, de segurança, de educação etc. foram afetados das maneiras mais diversas ao incorporarem princípios como a concorrência, a performance, a responsabilização, a autonomia de gestão e, especialmente, a transformação dos usuários em clientes (Laval *et al.*, 2012).

Freitas (2012) assinala que os EUA foram um dos países pioneiros na divulgação dessa concepção de gestão da educação pública, que tinha por argumento central o fato de que o setor público não era eficaz no processo de produção de escolas de qualidade. O problema seria resolvido, segundo o empresariado daquele país, através da transferência da lógica da produção para o âmbito da educação, o que reforçou a “[...] disposição ideológica de afirmar que o privado é melhor que o público” (Freitas, 2012, p. 387) e abriu caminho para a utilização do orçamento público na contratação de serviços privados (Guisbond; Neill; Schaeffer, 2012).

Analisando o caso francês, Derouet (2010) afirma que uma atmosfera antiestado foi importante para a implementação e a solidificação do que categoriza como Estado gerencial, o qual conduziu reformas dos modelos de avaliação da aprendizagem, dos currículos e da gestão de escolas. Essas reformas introduziram medidas de reforço ao direito de escolha do estabelecimento educacional e estabeleciam políticas focalizadas, mormente voltadas para os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, como foi o caso das Zone d'Education Prioritaires – ZEP (Cavaliere, 2014). Portanto, trata-se de uma reconfiguração quantitativa e qualitativa do Estado, que está para além da mera diminuição de sua área de atuação ou de uma maior permeabilidade entre público e privado.

A mutação neoliberal do Estado é muito mais profunda. Ela toca no coração de sua missão, de suas regras de funcionamento, de sua natureza e de seu “espírito”. Essa reforma geral se apresenta a partir de duas estratégias: de um lado, a privatização de empresas públicas e de algumas áreas de atuação obedecem à prevalência do ideal de mercado *stricto sensu* no âmbito da produção; de outro, as instituições públicas de Estado que não puderam ser inteiramente privatizadas são reestruturadas a partir do modelo empresarial (Laval *et al.*, 2012, p. 404).

O modelo de gestão empresarial – também denominado Nova Gestão Pública – promovido pelo Estado neoliberal se consolidou no Brasil a partir do Plano Real e do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), cuja Reforma de Estado introduziu na administração pública os conceitos de serviços não essenciais do Estado e de público não estatal, que facilitaram a ampliação da atuação do setor privado educacional nas mais diversas áreas da educação, inclusive no estabelecimento das “parcerias público-privadas”.

A LDBEN (Brasil, 1996), promulgada no primeiro mandato de Cardoso, estimulou a adoção de políticas afinadas às recomendações de organizações supranacionais, cujos relatórios sublinhavam a necessidade de uma profunda reforma na educação administrada diretamente pelo Estado (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2011). Leher (2010) chama a atenção para o fato de que, após a sua aprovação, uma

série de peças normativas incrementaram a presença de organizações privadas nos diversos níveis e modalidades da educação.

Dialogando com esse aumento da presença de organizações privadas nas políticas educacionais, Arelaro (2020) destaca a Lei nº 9.790/1999 (Brasil, 1999), que regulamenta a atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Essa lei, segundo a autora, impulsionou decisivamente as parcerias, ao normatizar o repasse de atividades e recursos do orçamento público para as organizações privadas, as quais podem oferecer diversos serviços na área de educação, cultura, saúde, assistência social, entre outras. Os dados mostram que as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) voltadas para a área da educação saltaram de 17.493 em 2002 para 87.948 em 2010, ocupando o primeiro lugar entre diversos outros setores².

O Plano de Desenvolvimento da Educação, doravante PDE (Brasil, 2007b), associado ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação – Decreto nº 6.094/2007 (Brasil, 2007a) –, traz políticas deveras significativas na caracterização do grau de influência da burguesia brasileira e de suas fundações na educação. Não apenas o Ministro da Educação à época, Fernando Haddad, afirmou que o estabelecimento desse plano se tratava do principal decreto direcionado à educação básica³ como o próprio é associado ao Todos Pela Educação (TPE)⁴. Um dos seus principais programas, o Mais Educação – Decreto nº 7.083/2010 (Brasil, 2010) –, recomendava o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil para o oferecimento de atividades didático-pedagógicas no contraturno, e teve forte protagonismo das fundações empresariais associadas ao TPE em sua elaboração.

Após o lançamento do PDE, o Movimento Todos Pela Educação – lançado publicamente no ano anterior – firmou-se nacionalmente como a principal organização de divulgação e execução da agenda empresarial para a educação, capaz de interferir tanto no Ministério da Educação (MEC) quanto no chão da escola, através de um sem-número de programas e políticas divulgadas por eles ou por seus associados.

Em relação à participação superlativa de organizações sociais nas políticas públicas, tanto na educação quanto em outras áreas, já há uma literatura consolidada e marcada por diversos pontos de vista. Em um trabalho panorâmico de revisão dessa literatura, Melo (1999) reconhece que, a partir dos anos 1980, os estudos de políticas voltaram-se para a análise da disjunção entre cultura política e desenho institucional, a partir de uma perspectiva de reforma do Estado e descentralização das políticas públicas. Dessa maneira, se antes o encantamento dos pesquisadores recaía sobre a ação do Estado na mitigação da questão social, agora, o objeto de feitiço é a sociedade civil e suas potencialidades de aprofundamento da democracia, a partir de novos desenhos institucionais e da produção de uma nova cultura política.

No campo das políticas educacionais, é notável o interesse aumentado na problemática da participação da sociedade civil. Trabalhando em uma linha próxima àquela destacada no parágrafo anterior, Duarte e Ferreira identificam uma ideologia da modernização das políticas educacionais, calcada na produção de novos significados para categorias como “democratização”, “participação”, “autonomia”, “descentralização” e “justiça social”. Para as autoras, a modernização empreendida pelo que denominam ideologia neotayloriana baseia-se na ação pública desenvolvida em “[...] múltiplos níveis interdependentes” (Duarte; Ferreira, 2012, p. 232), que implementa na escola os mecanismos e a lógica do setor privado. Assim,

[...] novas formas de regulação são implantadas com o fim último de garantir a eficácia e a eficiência nas organizações educacionais, com estímulos à participação dos trabalhadores docentes e da comunidade na gestão das “novas práticas” que conduzam a uma escolaridade adequada aos interesses do capitalismo transnacional. Com isso, as reformas educativas assumiram um caráter descentralizado, autônomo e avaliador (Duarte; Ferreira, 2012, p. 234).

A análise da relação entre as transformações das políticas educacionais e as reformas do Estado implementadas a partir da década de 1990 faz uso corrente da dicotomia público-privado, destacando a atrofia do primeiro termo quando comparado ao segundo. O Estado estaria mais permeável à atuação do setor privado que, por sua vez, vem realizando uma intervenção organizada e multifacetada nas políticas educacionais. Os estudos de autores como Arelaro (2020), Peroni, Oliveira e Fernandes (2009), Peroni (2010), e Adrião, Croso e Marin (2022) indicam a diversidade dessa atuação junto à educação pública. Essa diversidade se manifesta, conforme esses trabalhos, na compra de regimes apostilados de organização do processo de ensino-aprendizagem, na contratação de modelos de avaliação da qualidade do ensino por meio de testes padronizados e na formação de professores e gestores escolares. Da mesma forma, a literatura nos chama a atenção para o número de parcerias celebradas visando à realização das mais variadas atividades didático-pedagógicas, desde aulas de reforço a atividades de formação cultural extracurricular, no espírito da educação integral do empresariado⁵.

Sem dúvida, o crescimento da presença das mais diversas organizações sociais nas políticas educacionais é um fato facilmente observável nos últimos 30 anos. Que não se trata de uma novidade, os trabalhos de Mello (2020) e Rodrigues (2007) sobre a influência da fração industrial nas políticas de formação técnico-profissional durante o século XX já o demonstraram. O notável é que esse crescimento não se expressa apenas pelos números crescentes de empresas voltadas para o filão educacional, mas pelo seu raio de ação, sua capacidade de articulação e sua influência nas políticas educacionais contemporâneas. Não há, hoje, sérias ameaças à ideia hegemônica de que as grandes consultoras, *think tanks* educacionais, e organizações sociais – especialmente as do empresariado – devem ditar os rumos e as expectativas da educação brasileira, nos seus diferentes níveis e modalidades.

Podemos fazer algumas considerações a partir daí, polemizando com a literatura crítica baseada na dicotomia público-privado na educação. De início, a oposição simples entre as duas esferas – pública e privada – se associa à premissa de que o Estado, o gestor do público, ocuparia um espaço da política que está acima dos conflitos da sociedade civil e que, portanto, é dotado de uma lógica própria, que o habilita a atuar socialmente em busca do bem comum. O setor privado seguiria, por sua vez, as premissas da concorrência e da eficácia, as quais não se adequariam às políticas que visam à promoção da igualdade e da liberdade, como é caso da educação.

Acreditamos que essa dicotomia simples entre público e privado deixa escapar o mais relevante sobre as mudanças contemporâneas do Estado em relação ao direito à educação. Uma compreensão concreta da problemática deve partir do princípio de que o Estado é um instrumento de poder cuja ossatura é atravessada pelas lutas de classe. Isso quer dizer, precisamente, que o isolamento analítico ou mesmo o estabelecimento de relações simples de causa e efeito não dão conta da complexidade de sentidos que movimentam historicamente as políticas educacionais.

Inspirados em Poulantzas (1985), entendemos que o Estado deva ser tratado como a condensação material das relações sociais de classe, estando dialeticamente associado às formas históricas de reprodução da vida humana. Dessa maneira, o Estado e a base material de reprodução orgânica da vida compõem uma totalidade complexa, sendo que o primeiro, pelas próprias características da dominação burguesa, a qual prioriza o ser genérico em oposição ao ser real (Frederico, 2009), é dotado de uma autonomia relativa em relação às classes sociais.

Dessa maneira, as considerações sobre o papel do Estado no capitalismo são necessárias a fim de evitarmos os equívocos de abordagens que tratam a relação base e a superestrutura como uma externalidade mecânica. Seja como sistema normativo que visa manter a dominação de classe, seja como cristalização das relações materiais de exploração, o Estado e suas políticas tornam-se, nessas abordagens, derivações diretas da dominação econômica, encapsuladas no modelo base-superestrutura a partir de uma relação de causalidade simples. Em consequência, a questão da luta política no capitalismo fica esvaziada de sentido real, levando a posicionamentos maximalistas e economicistas que desconsideram a historicidade das normas e a já mencionada autonomia relativa do Estado (Poulantzas, 1977, 2008).

Por sua vez, Gramsci (2001, 2007) valoriza igualmente a abordagem dialética do Estado nos Cadernos do Cárcere. Ao enfatizar o papel da história na luta de classes e, com isso, afastando-se de desvios positivistas que encontravam (e ainda encontram) seio na teoria política marxista, o filósofo sardo desenvolve a categoria “hegemonia” para dar conta dos complexos processos de dominação e direção, os quais são exigências incontornáveis do Estado de massas do século XX.

A tarefa burguesa de manutenção do poder político envolve, conforme o marxista sardo, a combinação de coerção e consenso nos dois níveis do Estado capitalista: a sociedade política e a sociedade civil. Esses dois níveis, que têm sua expressão material, respectivamente, no conjunto de aparatos políticos de Estado e nos APHs, formam o Estado integral gramsciano, cuja distinção é antes metodológica que orgânica.

Mantendo sociedade política e sociedade civil uma relação unidade-distinção, [elas] formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos. Por essa razão, Gramsci destacava que a unidade (“identidade”) entre Estado e sociedade civil é sempre “orgânica” e que a “distinção” é apenas “metódica” (Bianchi, 2008, p. 184).

A construção da hegemonia de classe tem na educação formal um de seus principais campos de ação, conforme Buttigieg (2003). Afinal, é aí que são divulgados os fundamentos técnico-científicos exigidos pelo trabalho no capitalismo e as concepções de mundo adequadas ao processo de reprodução da ordem burguesa, que possibilitam a garantia do consenso ativo ou passivo dos dominados. Não é por acaso, portanto, que a classe dirigente necessita investir suas baterias em direção ao sistema escolar, envolvendo, para isso, seus intelectuais orgânicos e seus APHs.

As considerações teórico-metodológicas sobre a questão do Estado, esboçadas nos parágrafos acima, inspiraram um conjunto de estudos que procuram relacionar, criticamente, as suas recentes metamorfoses e as políticas para a educação. A partir daí, torna-se possível a compreensão do real significado da agenda contemporânea do empresariado para a educação, ou seja, mediação essencial na nova pedagogia

da hegemonia (Neves, 2005). Além disso, a perspectiva relacional de abordagem do Estado permite uma avaliação de seus impactos múltiplos no cotidiano dos profissionais da educação, a partir das contrarreformas dos currículos e do processo de avaliação, do financiamento e da gestão da escola, da formação e das condições de trabalho docente, considerando a materialidade da sociedade civil, expressa pelos APHs, e a circulação de intelectuais orgânicos nos diferentes espaços de poder.

Conforme sugerido em Dreifuss (1986), Fontes (2020) e Mendonça (2007), a atuação da classe dominante em sentido hegemônico é articulada, envolvendo diversos aparelhos e intelectuais, no Brasil e no exterior. Trata-se, portanto, de um problema político complexo, pois aponta para a necessidade de integrar centros de poder que possuem diferentes regimes de historicidade (Wood, 2003), no âmbito do Estado. A consistência teórica, metodológica e empírica dos estudos que compartilham dessa perspectiva nos instiga a aprofundar a compreensão sobre a maneira de operar desses diversos aparelhos, o que é uma preocupação presente, por exemplo, no estudo de Shiroma (2012) sobre o Programa de Reformas Educacionais en la América Latina (PREAL).

Partindo de um objeto de pesquisa que possui dimensão considerável⁶, a rede municipal de educação do Rio de Janeiro, e que, desta feita, atrai diversos APHs interessados em parcerias público-privadas, o estudo aqui desenvolvido pretende iluminar algumas questões que acreditamos serem centrais para a compreensão crítica da relação entre a educação e a hegemonia política de classe. Dirigidos por esse objetivo, que dialoga diretamente com a relação entre o poder político e as classes sociais no campo da educação, desenvolveremos, na próxima seção, a análise de dez anos de parcerias entre as organizações que oferecem diversos serviços na área de educação e a SME-RJ.

A lógica política das parcerias: serviços educacionais e a rede municipal do Rio de Janeiro

Os procedimentos de pesquisa na extensa base de dados de “favorecidos” – denominação utilizada pela prefeitura do Rio de Janeiro para identificar as instituições contratadas para a prestação de serviços –, fornecida pela SME-RJ através de seu sítio eletrônico, estenderam-se por diversas etapas. Em seguida à análise inicial dos dados anuais, disponibilizados em formato de tabela eletrônica, extraímos daí aqueles que possuíam os seguintes descritores no campo que informava a natureza do serviço contratado: “bolsa auxílio curso de formação”; “consultorias em geral”; “serviços para fins educativos, culturais e sociais, inclusive divulgação”; “treinamento de pessoal por pessoa jurídica”; “treinamento de pessoal por pessoa física”; e “serviços de recreação e assistência social”. Posteriormente, ordenamos os dados por favorecidos, à medida que era comum haver mais de uma entrada por instituição nas tabelas anuais.

A primeira fase, de caráter exploratório, foi acompanhada da preparação de uma segunda tabela, fruto da seleção de algumas instituições parceiras encontradas no processo descrito no parágrafo acima. Os critérios de seleção dessa segunda etapa foram: o valor total pago pelo serviço pela prefeitura, a relação do serviço com alguma política de relevo praticada pela prefeitura, como, por exemplo, o projeto Escolas do Amanhã⁷, um programa especial de escolas em tempo integral, iniciado em 2009 pela prefeitura do Rio de Janeiro, e que teve a Fundação Roberto Marinho como um dos parceiros centrais para o desenvolvimento

do projeto.. Além disso, consideramos a recorrência da parceria e, por último, a relevância do parceiro para o tema do estudo. Os critérios sugeridos visam, conforme já afirmado na introdução deste trabalho, observar a ação política dos APHs, considerando um cenário de disputas intraburguesas pelo fundo público (Behring, 2012), associado a uma hierarquização de caráter político-ideológico dos serviços que são ofertados. Ao final, selecionamos 22 organizações que forneceram algum tipo de serviço educacional para a SME-RJ nos anos de recorte da pesquisa.

A partir dessa tabela, exploramos alguns aspectos das organizações e das parcerias envolvidas, tais como o valor total pago; a duração e o tipo de parceria estabelecida; as áreas de atuação das organizações; os aspectos da formação profissional, e da atuação política e cultural de seus presidentes, sua diretoria e seus conselheiros; seus projetos educacionais e em outras áreas da política social; as empresas parceiras e os financiadores. O cotejamento de parte desses dados com o nosso norte teórico-metodológico foi o que permitiu a consideração dos resultados da investigação proposta, cuja exposição iniciar-se-á a seguir.

Começando por considerações mais gerais, ficou evidente que as parcerias contribuem, de distintas formas, para o processo de construção de uma concepção de mundo através da escola pública, ideologicamente adequada ao projeto de hegemonia da classe dominante. As organizações parceiras expressam claramente, em seus sítios eletrônicos, os eixos de sua política para a educação, a partir, por exemplo, da divulgação de categorias como “liderança”, “novas tecnologias educacionais”, “treinamento profissional”, “preparação para o mercado de trabalho”, “empreendedorismo” e “gestão educacional baseada em evidências” para alunos, professores e diretores escolares em suas formações e atividades pedagógicas e culturais.

Concomitantemente, foi possível acompanhar que, no município do Rio de Janeiro, a agenda empresarial para a educação possui pleno respaldo do poder público, considerando as escolhas das organizações parceiras. Levando em consideração que o espaço educacional é um ambiente de disputa pela hegemonia por excelência, fica evidente que uma perspectiva classista de educação é privilegiada e levada a cabo, respaldada pela ideologia dominante de que o ambiente escolar deve aproximar-se do modelo de funcionamento de uma empresa, e que tem no Estado neoliberal um de seus maiores divulgadores (Laval *et al.*, 2012).

Das 22 organizações que foram foco neste trabalho, 14 atuam nacionalmente e 8 localmente. Tal diversidade indica uma divisão de trabalho e de mercado entre os diversos APHs, relacionando-se com a capacidade de intervenção de cada um, que pode ser um preditor de seu nível de influência na política educacional. No Quadro 1, a seguir, apresentamos algumas características dos 22 APHs selecionados, ressaltando os dados que contribuíram para a discussão das questões propostas por este trabalho.

Quadro 1 – Organizações parceiras e dados das parcerias com a SME-RJ (2012-2021)

Nome da instituição	Período da parceria	Valores envolvidos (em R\$)	Objeto da parceria/Área de atuação ⁸
Abramundo Educação em Ciências	2012 e 2013	7.473.911,63	Desenvolvimento de materiais de Ciências para o Ensino Fundamental
Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto	2021	1.494.925,98	Fornecimento de material didático adaptado ao contexto da Covid-19
Avalia Qualidade Educacional/Grupo Santillana	2017	350.000,00	Avaliação do aprendizado através de testes padronizados
Centro Brasileiro de Ações Sociais para a Cidadania (CEBRAC)	2017-2020	488.000,00	Atividades de contraturno na área da Educação Física
Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)	2012	3.377.942,88	Implementação das Escolas do Amanhã
CMA de Figueiredo/Korporativa Marketing	2013-2015	24.850,00	Diversos projetos de contraturno e desenvolvimento de material paradidático
Ensina Brasil	2012	Sem valores envolvidos	Formação de profissionais para atuação nas Escolas do Amanhã
Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais (ECOS)	2017	63.718,59	Formação profissional e oficinas de esporte
Fundação Getulio Vargas (FGV)	2012-2015, 2017, 2019 e 2021	2.079.678,04	Consultorias sobre gestão, formação docente e avaliações padronizadas
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)	2019 e 2021	2.718.75,12	Formação em avaliação de políticas públicas
Fundação Roberto Marinho (FRM)	2012-2016	14.200.870,00	Implementação das Escolas do Amanhã e Projeto Autonomia Carioca
Instituto Brasileiro de Música e Educação (IBME)	2020	2.545.430,00	Oficinas de formação musical
Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)	2018 e 2019	106.000,00	Coordenação do Ginásio Experimental de Novas Tecnologias Educacionais (G.E.N.T.E.), implantado na Escola Municipal André Urani
Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)	2013	217.142,90	Não foram encontradas informações
Instituto FairPlay	2017	475.530,40	Projeto de educação esportiva
Instituto Lecca/Instituto Apontar	2019	Sem valores envolvidos	Programa Estrela Dalva, para a educação de jovens com altas habilidades
Instituto Superior de Educação de São Paulo/Instituto Singularidades	2019 e 2021	Sem valores envolvidos	Formação continuada para diretores escolares
Instituto Trilho	2019 e 2020	247.783,96	Gestão da pré-escola Cantinho Feliz, em Santa Teresa
Movimento Cultural Social (MSC)	2017	129.000,00	Desenvolvimento de esporte e lazer
Núcleo de Ação Comunitária e de Desenvolvimento Social (NACODES)	2020	668.850,00	Assistência social em três creches do município
Programa das Escolas Associadas no Brasil	2016 e 2019	3.700,00	Formação continuada de docentes
Rádio e TV Bandeirantes Rio de Janeiro	2021	880.329,17	Fornecimento de material didático adaptado ao contexto da Covid-19

Fonte: elaboração própria a partir das informações disponibilizadas pela SME-RJ.

Algumas instituições mantenedoras e parceiras dos APHs pesquisados apareceram com recorrência, tais como o Bradesco (FRM e Avalia), o Itaú (FRM, IETS, Instituto Singularidades, Ensina Brasil) e a Fundação Lemann (Ensina Brasil, Instituto Singularidades e Instituto Lecca/Apontar). O protagonismo dos dois maiores bancos privados brasileiros confirma um dos traços importantes e universais do neoliberalismo, que é a proeminência das finanças, que “[...] reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos” (Saad Filho, 2015, p. 65). Ao lado da Fundação Lemann, os dois bancos e seus respectivos braços sociais (Itaú Social e Fundação Bradesco) são alguns dos mantenedores do Todos Pela Educação.

Como Dreifuss (1986) discutiu, há uma consciência da ação e uma ação política consciente dos órgãos que reúnem os intelectuais orgânicos responsáveis por organizar sua classe, visando à manutenção da hegemonia. O trabalho exercido por esses intelectuais necessita de certa mobilidade para a ação e, portanto, eles atuam tanto na sociedade civil quanto na sociedade política. Mais da metade dos APHs analisados possuem pessoas em seu quadro diretivo/conselho que tiveram algum tipo de cargo no setor público⁹.

A área de atuação de cada APH pode ser, da mesma forma, avaliada a partir dos valores recebidos pelos favorecidos. Aqui, a heterogeneidade é a marca mais distinta do período, tanto entre as 22 organizações selecionadas quanto quando olhamos para os favorecidos como um todo, nas tabelas anuais de gastos da SME-RJ. A partir do Quadro 1, podemos observar que houve casos de recebimento de valores consideráveis por parceria¹⁰, como, por exemplo, a Fundação Roberto Marinho, o CIEDS, o Abramundo, a Fundação Getúlio Vargas e o IBME, todos na casa dos milhões de reais. Outras, por sua vez, receberam valores bem menores, tais como a Korporativa Marketing e o Programa de Escolas Associadas do Brasil. O quadro também mostra que algumas parcerias não previram repasses de recursos públicos às organizações.

Das parcerias selecionadas, chamaram-nos a atenção os valores pagos aos serviços de consultoria e de formação docente, e àqueles ligados aos programas especiais, como foram os casos das Escolas do Amanhã e do Programa Autonomia Carioca (Ávila; Gonzalez, 2017), duas ações do segundo mandato de Eduardo Paes frente à prefeitura do Rio de Janeiro. Os chamados serviços extracurriculares, quando oferecidos para uma grande quantidade de escolas, também envolveram valores altos, como pareceu ter sido o caso do programa de oficinas musicais do IBME.

As quantias envolvidas nas parcerias explicitam a mercadorização do acesso ao fundo público da educação (Motta; Andrade, 2020), que movimenta, anualmente, milhões de reais. Pode-se objetar a isso que os valores gastos em “parcerias” representaram uma parte ínfima do orçamento anual, que hoje está na casa dos bilhões de reais¹¹. Conclusões menos apressadas, ainda que restritas à questão dos valores monetários, sugerem possibilidades ulteriores de investigação. Uma delas é saber se os profissionais contratados por essas empresas recebem baixos salários e possuem vínculos precarizados, o que garantiria valores reduzidos de custo de pessoal e, conseqüentemente, do contrato firmado com a SME-RJ.

Nesse sentido, a contratação de serviços educacionais privados com recursos do fundo público, além de corroborar a hipótese de que o orçamento da política social é, hoje, um componente incontornável da reprodução contemporânea do capital (Oliveira, 1998; Behring, 2012), coaduna-se com outro princípio caro à NGP: a ideia de que são suficientes os recursos disponibilizados para o financiamento da educação – eles só precisam de gestão eficaz (Leher, 2010).

A presença de representantes do capital financeiro e industrial como mantenedores de diversos APHs encontrados pela pesquisa e, é claro, as altas somas pagas pela prefeitura a esse últimos, reforçam a tese de que a crescente disputa pelo fundo público é inerente à dominação burguesia na atual conjuntura neoliberal, cuja dinâmica de acumulação exponencia as crises que, por sua vez, provocam obstáculos à rotação do capital. Ainda que esse não seja um fenômeno exclusivo da era neoliberal, conforme salienta Behring (2012), o acesso ao fundo público através da política social tem papel cada vez mais determinante no processo de metamorfose da mercadoria em dinheiro.

Sendo assim, ainda que a ideologia neoliberal expresse profunda antipatia pelo financiamento da política social pelo Estado,

[...] O valor, não somente enquanto categoria central, mas práxis do sistema, não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente reportar-se a outros componentes: no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização. (Oliveira, 1998, p. 29)

É digno de nota que, a despeito do relevo dado ao caráter filantrópico de suas ações em direção à política social, várias dessas organizações empresariais explicitam que se trata de investimento, ou melhor, de “investimento social privado”, conforme expõe Fontes (2020). Não nos restam dúvidas, portanto, que as parcerias celebradas com os “favorecidos” encerram não apenas uma dimensão ideológica, mas também estruturam o processo capitalista de valorização do valor das empresas que realizam investimentos deste tipo nos mais diversos APHs que atuam na educação pública. Nesse sentido, uma pesquisa que analise criticamente as conexões entres esses APHs no Estado ampliado pode ser capaz de esclarecer as múltiplas determinações que organizam esse bloco de poder. A relação entre o financiamento e a NGP no campo da educação dialoga com o problema do tempo de duração de parcerias e, por conseguinte, com as determinações políticas que atravessam a sua celebração com os favorecidos. De maneira geral, muitos dos contratos de parcerias durante o período estudado foram pontuais, com duração de um ano ou dois. As contratações de serviços educacionais pela SME-RJ não indicam, a princípio, que o problema da continuidade da parceria tenha relevo nas escolhas realizadas – ainda que, conforme comentado acima, seja perceptível o favorecimento de organizações privadas que, de uma maneira ou de outra, dialogam com a agenda empresarial para a educação pública.

Nos dez anos cobertos pela pesquisa, testemunhamos dois mandatos de prefeito de Eduardo Paes, do Partido Social Democrático (PSD), sendo um encerrado (2012-2015) e outro em andamento (2020-2024). No plano da política institucional, Paes compõe a frente ampla que se formou como campo de apoio à candidatura e, conseqüentemente, ao atual governo de Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). À época do segundo mandato de prefeito, ele também mantinha boas relações com o governo federal, chefiado

pelo PT. Entre 2016 e 2019, deu-se o governo de Marcelo Crivella, do Republicanos, que, a despeito de ter participado dos governos federais anteriores do PT, foi uma das figuras de destaque da direita cristã fundamentalista que colaborou com o golpe de 2016, sendo o seu partido um dos principais pontos de apoio do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL).

A mudança no poder municipal parece ter modificado, além das organizações escolhidas, os tipos de parcerias celebradas no mandato de Crivella. A diferença entre o número de parcerias estabelecidas com pessoa jurídica no governo de Eduardo Paes para o governo de Crivella foi facilmente perceptível nas tabelas anuais de favorecidos. Enquanto o primeiro estabelecia parcerias anuais com, em média, 44 organizações, o segundo reduziu para 8 esse número. O enfoque dos favorecidos na prefeitura de Crivella, no âmbito da formação continuada docente, foram as parcerias com professores das universidades públicas, associadas à ajuda de custo aos professores que frequentavam os cursos e palestras ministrados por aqueles profissionais.

Ficou aparente, ainda, que as relações políticas foram mediações relevantes na escolha dos favorecidos. Na passagem do governo municipal de Eduardo Paes para Marcelo Crivella, o dado que mais nos chamou a atenção foi a interrupção da parceria com a FRM. Conforme o Quadro 1, a FRM foi o APH que mais recebeu recursos da prefeitura no período de 2012 a 2015, quando esteve à frente de dois importantes programas especiais. Por outro lado, é de domínio público que o grupo representado à época por Crivella tinha nas Organizações Globo – mantenedora da FRM – uma adversária, sendo notório o caso do então prefeito proibir a presença de repórteres ligados à Globo em suas entrevistas coletivas¹².

Parece que as relações de Crivella com o bolsonarismo influenciaram na escolha de algumas parcerias. O Instituto Fairplay, que recebeu quase meio milhão de reais da prefeitura só em 2017, recebeu R\$ 19 milhões do estado do Rio de Janeiro para a realização de projetos esportivos, quando a Secretaria de Esporte e Lazer era chefiada por um aliado declarado de Flávio Bolsonaro (PL), Gutemberg Fonseca (PL)¹³. Esse último também foi Secretário de Ordem Pública no governo Crivella.

Ainda sobre a mediação política das parcerias, sublinhamos que algumas das organizações foram contempladas com contratos tanto por Crivella quanto por Eduardo Paes, como foram os casos da FGV, do Instituto Singularidades e do Instituto Trilho. Em relação especialmente aos dois primeiros, que são alguns dos APHs de relevo que atuam no campo da educação, essa continuidade reforça o peso que a agenda empresarial para o setor detém no tempo presente, o que denota a capacidade de ação hegemônica através de um bloco de poder que envolve essas organizações, seus intelectuais e a educação pública.

Já a descontinuidade dos serviços prestados, ao sabor das mudanças no executivo municipal, além das questões didático-pedagógicas que carrega, impõe graves objeções às premissas de que essas organizações, pela sua natureza, não cultivariam filiações político-partidárias, e que as parcerias com o setor público seriam celebradas exclusivamente a partir de princípios técnico-burocráticos. A troca de organizações nos diferentes governos – especialmente das mais expressivas – esclarece também sobre as já citadas disputas intraburguesas pelo acesso aos recursos do fundo público, especialmente em uma capital como o Rio de Janeiro, com uma rede municipal de escolas dessa magnitude e, portanto, detentora de um orçamento para educação que figura entre os maiores do país.

Considerações finais

A abordagem panorâmica desenvolvida neste estudo confirma a ampliação quantitativa e qualitativa dos circuitos empresariais de poder que atuam na educação pública. As fundações empresariais, organizadas no Todos Pela Educação, têm, hoje, um peso inegável na grande política educacional, que se materializa em diversas ações voltadas para as comunidades escolares da cidade do Rio de Janeiro.

A presença das fundações empresariais na escola pública carioca impressiona, nesse sentido, pela sua práxis. Ao se envolverem no sem-número de questões administrativas e didático-pedagógicas, as fundações reforçam duplamente a sua capacidade de instrumentalização: primeiramente, através da introdução e do reforço de um conjunto de concepções e práticas, que, a seguir, são implementadas no cotidiano de diversas escolas públicas, por meio de parcerias com organizações sociais das mais diversas. A entrega de projetos de escolarização às organizações tem como um dos principais efeitos a ampliação da heteronomia docente, abrindo caminho para a reificação do trabalho dos profissionais da educação e sua consequente precarização.

Como não poderia deixar de ser, as fundações empresariais e demais organizações que oferecem serviços educacionais para a escola se relacionam segundo a lógica de mercado. Os resultados sugeriram uma competição pelo fundo público e uma hierarquização entre essas organizações, no que diz respeito aos serviços ofertados. Em outras palavras, em geral, os contratos mais significativos foram celebrados com *think tanks* e fundações empresariais de abrangência nacional, como a FGV e a FRM. Todavia, a própria disseminação hegemônica da agenda empresarial para a educação abre caminho para o favorecimento das mais variadas organizações sociais, seja em projetos isolados ou mesmo em associação com grandes fundações empresariais.

De acordo com a análise desenvolvida neste artigo, a política de parcerias tem como um dos efeitos colaterais a sua descontinuidade. Afinal, não encontramos nenhuma parceria que se manteve ao longo dos dez anos estudados; a maioria delas durou um ou dois anos apenas. Levantamos a possibilidade dessa descontinuidade estar associada às mudanças de governo. Além disso, como a maioria dos serviços descontinuados envolve atividades extracurriculares, entendemos, a partir de um diálogo com Algebaile (2009), que a disseminação das parcerias contribui para a ampliação fragmentada e precarizada dos tempos e espaços escolares. Trata-se, ao fim e ao cabo, da concretização de uma ideia de educação integral cujo objetivo central é tão somente a subordinação do sujeito às necessidades prementes do mercado de trabalho, que, para tanto, almeja a desvalorização da escola e do docente.

O estudo de algumas das parcerias realizadas pela SME-RJ entre 2012 e 2021 também trouxe à tona algumas questões referentes ao uso do fundo público para a educação. Os sentidos educacionais divulgados através das parcerias apontam para o franco favorecimento de um modelo de educação, promovendo a transferência de recursos para as organizações que o divulgam. Entendemos que a luta política dos profissionais da educação pode explorar tais características unilaterais das parcerias, no sentido de cobrar a participação da comunidade escolar nas decisões sobre a execução do orçamento para a educação. Vale sublinhar que, apesar de não serem objeto de nossa investigação, algumas das organizações

sociais aqui analisadas estiveram envolvidas em denúncias de beneficiamento e mal uso dos recursos. Esse aspecto pode contribuir, da mesma forma, na luta política contra a disseminação indiscriminada das parcerias na educação.

Por último, destacamos que o trabalho sugeriu uma série de outras questões que merecem atenção na continuidade da pesquisa. Dentre elas, chamaram-nos especial atenção as relações entre os APHs empresariais, que envolvem mantenedores em comum e o desenvolvimento de ações conjuntas e circulação de intelectuais nos seus conselhos deliberativos e consultivos. Acreditamos ser importante compreender a circulação dos intelectuais orgânicos pelos mais diversos APHs empresariais, dando especial atenção àqueles que tenham ocupado (ou ocupem) espaços nos conselhos e nas secretarias de educação, reforçando, assim, a hegemonia no bloco de poder.

Referências:

- ADRIÃO, T.; CROSO, C.; MARIN, T. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os “Pactos” dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-21, 2022. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/adriao-croso-marin.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2009.
- ARELARO, L. R. G. **Escritos sobre políticas públicas em educação**. São Paulo: EDUSP, 2020.
- ÁVILA, E. R. de; GONZALEZ, W. R. C. Projeto Autonomia Carioca: parceria público-privada no ensino fundamental no município do Rio de Janeiro (2010-2015). **Texturas**, Canoas, RS, v. 19, n. 41, p. 212-232, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2974/2431>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- BEHRING, E. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-180.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRAGA, L.; RUMMERT, S. O Google Workspace for Education (GWE): mercadoria e hegemonia na educação. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53939/32438>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 1 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Veja o que disse o ministro Haddad no lançamento do PDE.** Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/234-conhecaomec-1447013193/materias-838392339/12238-veja-o-que-disse-o-ministro-haddad-no-lancamento-do-pde>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRITES, R. Deputado vai à Justiça contra pasta de aliado de Flávio Bolsonaro no RJ. **Veja**, 30 out. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/deputado-vai-a-justica-contr-pasta-de-aliado-de-flavio-bolsonaro-no-rj>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BUTTIGIEG, J. A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, C. N.; Teixeira, A. de P. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-50.

CASIMIRO, F. H. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CAVALIERE, A. M. As zonas de educação prioritária francesas: repercussões e paralelos no Brasil. In: MAURÍCIO, L. V. **Tempos e espaços escolares:** experiências, políticas e debates no Brasil e no mundo. 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio: Faperj, 2014. p. 147-164.

CAVALIERE, A. M. Escolas do Amanhã: diferenciação e desigualdade na rede escolar da cidade do Rio de Janeiro. In: CAVALIERE, A. M.; SOARES, A. J. G. (org.). **Educação pública no Rio de Janeiro:** novas questões à vista. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2015. p. 93-110.

COSTA, R. E. C. A. Ampliação da jornada escolar e o Terceiro Setor: a atuação do CENPEC. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 401-414, abr./jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623660756>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DEROUET, J. Crise do projeto de democratização da educação e da formação ou crise de um modelo de democratização? Algumas reflexões a partir do caso francês (1980-2010). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 1001-1027, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/HVczpV5PGdclWcMpHnXTx6f/?format=pdf>. Acesso em: 8 fev. 2024.

DREIFUSS, R. A. **A internacional capitalista:** estratégia e táticas do empresariado nacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DUARTE, A.; FERREIRA, E. B. Política e gestão educacional: uma análise dos dados da pesquisa “Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil”. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. (org.). **Trabalho na educação básica:** a condição docente em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 231-256.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 8, n. 14, p. 15-35, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 3 fev. 2024.

FREDERICO, C. **O jovem Marx – 1843-1844:** as origens da antologia do ser social. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33 n. 119, p. 379-404, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2024.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo., v. 4).

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política., v. 3).

GUISBOND, L.; NEILL, M.; SCHAEFFER, B. A década de progresso educativo perdida sob a NCLB: que lições tirar desse fracasso político? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 405-430, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/L53Z3bfCNgXdrCfdXFjvJSn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas econômicas. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=9024&t=destaques>. Acesso em: 3 fev. 2024.

LAVAL, C. *et al.* **La nouvelle école capitaliste**. Paris: La Découverte, 2012.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. *In*: GUIMARÃES, C. *et al.* **Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. p. 29-52.

MAGNAVITA, C. O amigo bomba – parte II: PT só deu a Fairplay 20 núcleos em Maricá, e secretário bolsonarista aumentou para 1.500. **Correio da Manhã** – Coluna Magnavita, Rio de Janeiro, 18 abr. 2022. Disponível em: <https://correiodamanha.com.br/colunistas/claudio-magnavita/12861-coluna-magnavita-o-amigo-bomba-parte-ii-pt-so-deu-a-fairplay-20-nucleos-em-marica-e-secretario-bolsonarista-aumentou-para-1-500>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MELLO, L. M. **Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo: a atuação da CNI na construção do ‘Novo Ensino Médio’**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. ANPOCS/CAPEs. São Paulo: Ed. Sumaré, 1999. p. 59-100.

MENDONÇA, S. R. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**, São Luís, v. 1, p. 1-12, 2007. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/357/293. Acesso em: 3 fev. 2024.

MESCHKAT, K. Una crítica a la ideología de la “sociedad civil”. **Nómadas**, Madri, n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/181/18100116.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxK7jBjz8g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2024.

NEVES, L. M. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor: a economia da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **RAE**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HqKgvKNRxxhMmCyxK7jBjz8g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. **Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 40, p. 215-227, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/259499/000768352.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 fev. 2024.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3hCRykScyQK57qF4NtpkPQk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2024.

POULANTZAS, N. Marxist examination of the contemporary State and Law and the question of the 'alternative'. In: POULANTZAS, N. **The Poulantzas reader: Marxism, Law, and the State**. London: Verso Books, 2008. p. 25-46.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREFEITURA proíbe equipe do Globo de participar de coletiva de imprensa com Marcelo Crivella. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-proibe-equipe-do-globo-de-participar-de-coletiva-de-imprensa-com-marcelo-crivella-24123751>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PRONKO, M. A. Criando mercados de “oportunidade de aprendizagem”: a corporação financeira internacional e o exemplo do Coursera. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-21, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54021/32441>. Acesso em: 3 fev. 2024.

QEDU. Use dados. Transforme a educação. **Rio de Janeiro: Censo Escolar**. Rio de Janeiro: QEDU, 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3304557-rio-de-janeiro/censo-escolar>. Acesso em: 3 fev. 2024.

RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **Orçamento: educação terá recursos de R\$ 8,7 bilhões para o ano que vem**. Rio de Janeiro: CMRJ, 2022. Disponível em: <https://www.camara.rio/comunicacao/noticias/1321-orcamento-educacao-tera-recursos-de-r-8-7-bilhoes-para-o-ano-que-vem>. Acesso em: 3 fev. 2024.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 3, n. 4, p. 58-72, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 7 fev. 2024.

SHIROMA, E. O. Ações em rede na educação: contribuição dos estudos do trabalho para a análise de redes sociais. In: ARAÚJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. (org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea editora, 2012. p. 89-113.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. Os arautos do consenso: anos 1990. In: SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quem somos. **Governança**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/governanca/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Notas

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho Educação (Neddate/UFF), do Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx/UFF) e do Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE/UFRRJ). Esse trabalho é fruto da pesquisa “Parceiros da escola pública no Rio de Janeiro: mapeamento e análise de experiências contemporâneas”, que conta com financiamento do CNPq/PIBIC/UFF. O autor gostaria de agradecer à colaboração fundamental da bolsista Pibic Roberta Ikegami na produção deste trabalho. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0075852341880711>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6103-4659>. E-mail: rarguelles@gmail.com.

² São consideradas como FASFIL as entidades sem fins lucrativos enquadradas nas seguintes categorias: organização social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); outras fundações mantidas com recursos privados; filial, no Brasil, de fundação ou associação estrangeira; organização religiosa; comunidade indígena; outras formas de associação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Importante destacar que a quantidade de FASFIL caiu para 15.828 em 2016, último ano disponibilizado pelo IBGE, o que representa a quantidade mais baixa desde o início da coleta, em 2002.

³ Ver Brasil (2024).

⁴ Fernando Haddad encontra-se, hoje, licenciado de sua condição de membro do Todos Pela Educação, por estar à frente do Ministério da Economia do terceiro governo de Lula da Silva (Todos Pela Educação, 2024).

⁵ A educação integral do empresariado começa a tomar corpo a partir dos anos de 2000, quando o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), um APH ligado ao Banco Itaú, fomenta o debate no Estado ampliado. Em linhas gerais, a proposta consiste na ampliação gradual da jornada escolar na educação básica, tendo por foco o combate à pobreza extrema e a melhoria do desempenho dos alunos nos testes padronizados. Para tanto, defende que a referida ampliação da jornada seja executada em parceria com organizações da sociedade civil, visando o desenvolvimento de competências socioemocionais, e a defesa do uso de mão de obra voluntária e não licenciada para o trabalho com crianças e jovens. Essa agenda foi colocada em prática através do Programa Mais Educação, lançando no âmbito do PDE (Brasil, 2007b). Para uma análise dessa agenda e suas mediações no âmbito do Estado, ver Costa (2018).

⁶ A rede de escolas municipais do Rio de Janeiro conta com 1.545 estabelecimentos e mais de 500.000 matrículas, segundo o Censo Escolar de 2022 (QEDU, 2022). Mesmo considerando que nem todas as escolas são contempladas pelas parcerias discutidas neste trabalho, o tamanho absoluto da rede escolar sugere uma disposição anual de recursos significativa para programas educacionais ofertados por organizações privadas.

⁷ O artigo de Cavaliere (2015) ressalta que a possibilidade de compartilhamento de ações pedagógicas com as organizações sociais é uma das características das Escolas do Amanhã.

⁸ Consideramos que “Área de atuação” e “Objeto da parceria” são complementares e, dessa forma, só fizemos uso da primeira quando não conseguimos especificar a segunda. Seja como for, o sentido procurado no artigo é o de fazer uma caracterização geral das organizações parceiras, e entendemos que as duas categorias combinadas contribuem para o objetivo.

⁹ Esse aspecto da pesquisa, contudo, será aprofundado em outro trabalho, por questões de espaço.

¹⁰ Os valores dispostos neste artigo não foram atualizados pela inflação.

¹¹ Ver, por exemplo, Rio de Janeiro (2022).

¹² Ver Prefeitura (2019).

¹³ Para mais informações sobre os contratos com o governo do Estado do Rio de Janeiro, ver Magnavita (2022). Sobre a relação com Flávio Bolsonaro, ver Brites (2023).

Recebido em: 8 de fev. 2024

Aprovado em: 16 de jun. 2024